



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681132 - SP (2021/0224844-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANIELA BATALHA TRETTEL - SP236548
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS MATHEUS LOPES LEANDRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS MATHEUS LOPES LEANDRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos autos da apelação 1500135-86.2020.8.26.0599.

O paciente foi denunciado e condenado, pela prática do crime descrito no art. 157, § 2º, inciso VII, do Código Penal, à pena de 5 anos e 4 meses.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente do acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo* que afastou a compensação da atenuante pela confissão espontânea, majorando a pena.

O acórdão recorrido traz a seguinte ementa (fl. 219):

Apelação - Recurso do Ministério Público – Roubo majorado pelo emprego de arma - Impugnação ao reconhecimento da atenuante da confissão espontânea e sua compensação com a agravante da reincidência - Desnecessidade de demonstração de arrependimento - Caráter objetivo - Atenuante bem caracterizada - Manutenção Preponderância da agravante da reincidência - Inteligência do artigo 67 do Código Penal – Réu reincidente específico - Compensação afastada – Incidência do agravamento de um quinto às penas – Imposição - Recurso ministerial provido em parte.

Alega, em síntese, que, mesmo em casos de reincidência específica, a compensação dever ser realizada em sua totalidade conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, a correção da

dosimetria da pena com a aplicação da compensação pela confissão espontânea com a agravante de reincidência.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente